

“O ABC CATARINENSE¹”: GREVE E MOVIMENTOS SOCIAIS EM CRICIÚMA

Rafael Pereira da Silva²

O processo de abertura política ocorrido no Brasil a partir de 1979, que dentre outros aspectos dava anistia aos exilados políticos e instituía novamente o pluripartidarismo, não deve ser visto de maneira ingênua. Se por um lado, os anos 70 e 80 foram marcados por uma série de organizações e movimentos de caráter popular, cuja sociologia “rotulou” de “novos movimentos sociais”, por outro lado, nos bastidores do poder em Brasília eram os militares, juntamente com as elites políticas que ditavam as regras da transição feita pelo alto. Tanto é verdade, que embora o movimento pelas Diretas em 1984 tivesse levado milhares de pessoas às ruas, foi somente em 1989 que ocorreu eleição direta para presidente.

É objetivo deste artigo demonstrar algumas experiências de organização popular e sindical ocorridas na “capital do carvão” durante o processo de redemocratização, procurando perceber Criciúma como um palco de constantes disputas entre capital e trabalho.

O município localizado no sul de Santa Catarina foi cenário de diversas formas de organização popular e de um forte movimento sindical organizado pelos mineiros. A principal atividade econômica praticada por esses trabalhadores, a extração do carvão, sofreu por parte do governo federal- que a subsidiava- várias práticas que levaram essa atividade às ruínas. Ao mesmo tempo em que o complexo carbonífero se desmontava, a partir da segunda metade dos anos 1980 na cidade, ia se consolidando outras formas de atividade econômica como as indústrias de cerâmica, vestuário, calçados, metalurgia e plásticos³.

José Paulo Teixeira aponta que além dos mineiros, as mobilizações operárias também começavam a se articular em outras categorias de trabalhadores, até então sem tradição de luta na cidade como vestuaristas, ceramistas, metalúrgicos, professores,

bancários. Além dos operários, setores institucionais também se organizavam nesse momento. Eram os grupos de pastoral, os movimentos de bairro, o Partido dos Trabalhadores, as oposições sindicais e a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Como exemplo dos movimentos populares, achei referência à organização da Pastoral da Juventude. O livro ata da Pastoral em 1979 dizia o seguinte: “*Em 8 de agosto de 1979 às 20 horas na Paróquia de São José, a convite do coordenador Dourival Giassi, a pastoral se reuniu para: estruturar e organizar a Pastoral da Juventude da Comarca de Criciúma*⁴”. A Pastoral da Juventude também teve destaque na voz do vereador Lírio Rosso do PMDB, afirmando o seguinte na sessão ordinária de 22/09/80:

...não poderia passar sem registro nesta casa, a realização da caminhada da libertação pela Pastoral da Juventude, onde em colaboração com os grupos de jovens das paróquias das Comarcas. As pesadas chuvas e o forte frio foram incapazes de impedir que cerca de 2 mil jovens percorressem, em caminhada, mais de 20 KM por nossas ruas e nossos bairros (...). O sentido da caminhada foi religioso (...) Ao sentido religioso os jovens deram também um sentido social à caminhada. Foi feita uma correlação entre o povo hebreu, preso ao cativo, com suas misérias, suas fraquezas, suas descrenças, com os povos atuais, principalmente com o povo brasileiro: pobre, doente, sem instrução, sem terra em muitas vezes sem fé⁵.

O que mais chama a atenção na descrição acima é o número estimado de participantes, cerca de dois mil, e do número de quilômetros percorridos cerca de 20 KM embaixo de chuva. O interessante de se perceber também foi à passagem pelos bairros, aonde provavelmente a pastoral buscava seus mais novos integrantes.

Pode-se perceber a atuação da Pastoral da Juventude também em entrevistas com ex-militantes daquele período. Os depoimentos apontam para uma articulação de grupos de jovens com a Pastoral, como é o caso do NIJC (Nosso Ideal é Jesus Cristo), grupo que mais tarde veio a fundar a UCES (União Criciumense dos Estudantes Secundaristas). Segundo o professor Dorval do Nascimento, o grupo se reunia nos finais de semana para conversarem e articularem atividades⁶.

A Pastoral Operária (P.O.) também teve papel muito importante na articulação e consolidação dos movimentos populares na cidade, na medida em que organizavam

diversos eventos como: manifestações de rua, criação do “fundo de greve”, a manifestação da “panela vazia”⁷.

Em uma carta da Pastoral Operária de 17 de fevereiro de 1982 direcionada aos vestuaristas, pode-se perceber que a P.O. apoiava a luta por salários mais justos, a estabilidade no emprego, era contrária às horas extras e reivindicava melhores condições de trabalho. Segundo o documento, a Pastoral se via como um movimento de igreja que vinha em direção da necessidade de uma maior organização e conscientização, através de grupos de fábrica e de bairros, a ser mais um instrumento para que o trabalhador reflita sobre a sua condição de explorado e decida como modifica - lá⁸.

Na mesma carta é interessante reparar que a P.O. não se via como o único meio pelo qual os trabalhadores deveriam se organizar, mas antes como uma alternativa de apoio. Ainda segundo a carta, a Pastoral tinha uma postura muito transparente em relação aos sindicatos. Para ela o sindicato deveria ser livre, de classe, forte e autônomo em relação aos partidos e aos patrões⁹, e essa autonomia sindical passava pela independência em relação à própria Pastoral, embora fique claro que o diálogo entre sindicato e Igreja em Criciúma naquele momento fosse constante.

Márcia Fantin corrobora nessa direção ao afirmar que no início dos anos 1980, na cidade se articulava o movimento pastoral popular, de orientação progressista, em defesa dos direitos humanos e da justiça social. Os grupos organizados na pastoral da juventude, pastoral operária, comunidades eclesiais de base, incentivavam a organização direta nos bairros para a luta e conquista dos direitos como educação, saúde, saneamento básico. *Foi o tempo das manifestações com passeatas como a da “panela vazia”, que reuniu cerca de 2 mil participantes*¹⁰.

Ao mesmo tempo em que as pastorais iam organizando atividade na cidade, nos bairros também já se podia perceber articulações em busca de melhores condições de vida para seus moradores. Exemplo disso pode ser visto no discurso do vereador Valdenir Zanette (PDS), na mesma sessão em que já havia discursado o vereador Lírio Rosso

(PMDB). Suas palavras faziam referência ao bairro Vila Napolini e a certa organização que já vinha de anos anteriores.

Senhor Presidente e senhores vereadores estivemos presente, antes da abertura deste encontro, a uma festa popular, que foi na minha terra natal, na Mina Napolini. Fui convidado pelos diretores da Sociedade esportiva e recreativa da Mina Napolini, presidente da Capela e da sociedade. Lá naquele bairro, a liderança espontânea, simples e singela, da comunidade, resolveu e achou por bem fazer uma festa. (...) E como nos dizia alguns líderes daquela comunidade, hoje nós fazemos uma festa para nos parabenizarmos, porque nós lutamos, corremos e quase morremos, mas hoje, senão tudo, há um pouco daquilo que sonhávamos ter como realidade. Eu quero cumprimentar todos os moradores do bairro Vila Napolini, pela festa ontem organizada, e acima de tudo pela luta de tantos anos, em busca das conquistas e que a elas chegaram¹¹.

Partindo desse discurso, alguns aspectos devem ser levados em conta. Percebe-se que o bairro já vinha se organizando há algum tempo, no sentido de lutar por melhores condições e que naquele momento a festa representava algumas conquistas. Segundo lugar, pelo fato da comunidade convidar um vereador indica que havia de um lado, lideranças locais organizadas em torno da Sociedade Recreativa, e de outro um diálogo com o poder público municipal. O que não sabemos, entretanto, é o caráter dessa relação.

No ano seguinte, em 29 de março de 1981, é criada a Sociedade Amigos de Bairro (SAB) da Vila Manaus. A sociedade articulou-se com a participação de moradores que eram ligados a outros movimentos como, por exemplo, a Pastoral Operária, militantes do PMDB e do movimento operário mineiro, ligados ao PCB¹². Destacam-se na consolidação dessa SAB as figuras do Padre Valdemir Miotello e de João Paulo Teixeira¹³.

No contexto que envolvia as experiências descritas até o momento destaca a volta da livre associação partidária. O pluripartidarismo fazia parte da estratégia de democratização pelo alto e podia também ser visto como estratégia das elites para fragmentar o campo da oposição ao regime militar. O argumento de Carlos Arturi vai nesse sentido. Para o autor, tanto a anistia, quanto a reforma partidária se inscrevem na estratégia do regime de dividir a oposição para acabar com o caráter plebiscitário crescente desfavorável a estes, das eleições bipartidárias¹⁴. Por outro lado, podemos pensar que a estratégia pelo alto só foi articulada porque havia muita pressão que vinha de baixo. O que

não dá pra concluir é que foram simplesmente os militares, ou apenas os movimentos sociais os responsáveis pela redemocratização do país.

O efeito da fragmentação pode ser vista em Criciúma nos anos 80. O PMDB era o principal partido de oposição saindo vitorioso nas eleições municipais de 1982, no mesmo período em que o PT ia se estruturando. Ao mesmo tempo em que o Partido dos Trabalhadores ia criando articulações no campo sindical e com a CUT, ia também se afastando das bases, brecha muito bem aproveitada pelo PMDB que criava diretórios em diversos bairros da cidade, aspecto que naquele momento dividia as oposições.

O Partido dos Trabalhadores em Criciúma foi fundado em 1981 e se constituiu a partir de bases sindicalistas, embora parte de sua militância fosse originária dos meios populares e pastorais. Participaram do processo de construção do PT, entre 1979 e 1981, militantes do movimento sindical, membros do movimento pela anistia e pelo custo de vida e militantes de esquerda¹⁵.

Segundo o sociólogo José Paulo Teixeira, nos primeiros anos de organização partidária não havia preocupações eleitorais no PT. Existia toda uma ética e o partido buscava inserção política e representatividade nos movimentos sociais. Campanhas pela anistia, contra a Lei de Segurança Nacional, por eleições diretas para presidente, por salários, terra e liberdade, tinham no ideário petista uma motivação de fundo para a construção de uma nova sociedade¹⁶. Como já foi mencionado o PT manteve desde o início uma profunda ligação com a CUT, sendo ambos responsáveis em parte pela “virada à esquerda” dentro de alguns sindicatos em Criciúma.

A CUT regional Santa Catarina vai surgir em 1984, período em que os sindicatos locais em Criciúma ainda eram controlados pelos “dirigentes tradicionais”. Logo depois de estabelecida a CUT, começam a ocorrer as primeiras vitórias das oposições nos sindicatos, como a vitória da oposição dos vestuaristas em 1985, dos mineiros no ano seguinte, tomando o movimento sindical uma postura de mais confronto, e onde as greves passaram a ser um valioso instrumento de pressão. Entretanto, como afirma Teixeira, embora

estabelecesse um vínculo muito forte com a CUT o Sindicato dos mineiros nunca foi filado à Central e jamais seguiam de maneira dogmática as suas orientações¹⁷.

No sindicalismo de Criciúma existiam disputas políticas muito bem definidas entre os chamados “pelegos” e os “cutistas”. Deste modo o movimento sindical na cidade se dividia em duas vertentes: a primeira identificada com a CUT e o Partido dos Trabalhadores e a outra com a chamada “intersindical”, que reunia a maioria dos sindicatos. O PT se relacionava com as duas vertentes desde 1984, através da figura de Milton Mendes de Oliveira que era assessor jurídico dos dois grupos, o que acarretava também uma tensão interna dentro do próprio PT¹⁸.

Após consolidados, só restava aos movimentos populares, partidos de oposição e sindicatos, atuarem. A greve geral de maio de 1986 comandada pela CUT fez parar a cidade. Cerca de 30 mil trabalhadores de sete categorias pararam suas atividades, sendo a principal reivindicação o reajuste salarial. Uma das categorias a parar foram os vestuaristas e calçadistas.

Durante a paralisação desta categoria o que chamou a atenção na cobertura da imprensa foram as constantes agressões por parte dos patrões aos seus empregados. No quarto dia de greve, calçadistas e vestuaristas reclamavam da violência que estava acontecendo contra o movimento dos trabalhadores. Um empregado e membro da comissão de organização grevista, Eduardo Rocha, reclamou que um dos sócios da malharia Lady, conhecido como Marinho, ameaçou avançar com seu carro sobre os piquetes. Conforme Rocha, o acusado ainda *apontou um revólver contra os trabalhadores e os ofendeu com palavrões*¹⁹.

Na manhã do dia 22 de maio, no décimo dia de paralisação dos vestuaristas e calçadistas, a advogada do sindicato Rosangela Souza foi agredida por três proprietários da indústria de confecções Nuermberg. Segundo Rosangela, ela pretendia convocar as funcionárias da fábrica para a assembléia geral das categorias que ocorreria no dia seguinte. Os diretores não deixaram à advogada dar o aviso e entraram na garagem da indústria seguidos por Rosangela. Em seguida, conforme relatou a advogada, os diretores

Nélio Dilton e Sergio Nueremberg a jogaram no chão. Minutos depois uma multidão se aglomerou na frente da fábrica e Rosangela foi liberada. Os diretores da fábrica negaram a acusação. Eles acusaram a advogada de ter invadido a garagem, mas não a espancaram²⁰.

Arrisco dois argumentos que talvez expliquem as agressões. Primeiro em relação aos trabalhadores, a legislação trabalhista desprivatizou o espaço fabril, sendo a greve um direito deles. Quando os operários exigiam que uma lei fosse cumprida, no caso o reajuste salarial, a relação original de dependência do patrão desaparecia. Por outro lado, os proprietários achavam que estavam tendo o seu patrimônio violado ou invadido. No caso dos piquetes, eles impediam o livre acesso dos trabalhadores que não estavam em greve ao local de trabalho ou a livre circulação de um dos sócios à sua propriedade. Já a advogada havia invadido uma propriedade privada sem autorização prévia dos donos, lesando sua autoridade e ferindo o princípio da hierarquia²¹.

O que procurei demonstrar até o momento foram algumas experiências de organização dos trabalhadores de Criciúma sejam elas através dos movimentos populares nos bairros, com ou sem a presença da Igreja, ou nos canais institucionais como o PT ou a CUT. Além da efetiva participação e pressão da sociedade civil organizada através dos diversos movimentos sociais, o processo de transição para a “Nova República” foi também uma articulação pelo alto, tanto é que os acordos entre os setores conservadores e a oposição, estabelecidos na fase de liberalização política, originaram uma democracia com “defeitos de nascença²²”, cujos resquícios podem ser percebidos até hoje.

¹ A expressão foi retirada da obra de: TEIXEIRA, J. P. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.p. 162.

² **Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e bolsista da CAPES.**

³ TEIXEIRA, op.cit., p. 149

⁴ Ata da Pastoral da Juventude, 1979. CEDOC, Criciúma.

⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro Ata da 68ª Sessão Ordinária realizada em 22 de setembro de 1980.

⁶ Todos esses dados foram tirados da entrevista realizada com Dorval do Nascimento em 27/10/04 na cidade de Criciúma onde reside.

⁷ TEIXEIRA, op.cit., p. 150.

⁸ Nota de Apoio da Pastoral Operária. 17 de fevereiro de 1982. CEDOC, Arquivo do CEDIP (Criciúma).

⁹ Idem.

¹⁰ FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder*. 1992. 200f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. P. 25.

¹¹ Arquivo da Câmara Municipal de Criciúma. Livro ata 68ª Sessão Ordinária realizada em 22 de setembro de 1980.

¹² TEIXEIRA, J. P. *Nos tempos do Zé: um estudo sobre o PMDB e o governo popular em Criciúma (1983-1988)*. Florianópolis: Cidade Futura, 1999, op.cit, p. 75.

¹³ TEIXEIRA, *Os donos da Cidade*, op.cit. p. 150.

¹⁴ ARTURI, C.S. ***Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira.*** In: REIS, E. ; ALMEIDA, M. H. T.; FRY,P. (orgs). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1996. p. 152.

¹⁵ Idem.

¹⁶ TEIXEIRA, J. P. *Escritos militantes: agonia militante e socialismo agônico*. Ed. Do autor, 1996. p. 24-25.

¹⁷ Teixeira, *Os donos da cidade*, op.cit., p. 154-155.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Diário Catarinense* de 17/05/1986.

²⁰ Idem, *Diário Catarinense* de 23/05/1986.

²¹ Parte desse argumento foi elaborado com base em: FRENCH, J.D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 16-17 e 64.

²² ARTURI, op. cit. P. 144.